

saúde Médicos iniciam movimento contra multinacionais

A Nota

A Federação Nacional dos Médicos inicia hoje em todo o Brasil um movimento cívico contra as multinacionais da saúde, visando primordialmente à conscientização e participação da opinião pública, com relação ao assunto.

O presidente daquela entidade, Charles Damian, declarou ao **Jornal de Brasília** que é importante o fortalecimento das autoridades que vêm se manifestando contra a atividade dessas indústrias, "que estão desapropriando o corpo do homem brasileiro".

Ele declarou ainda que caso sua penetração não seja extinta, "estaremos entregando a medicina, o trabalho do médico, a doença e sobretudo a integridade de cada brasileiro à exploração lucrativa e gananciosa das multinacionais.

A nota distribuída pelo Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Associação Médica de Brasília e Sindicato dos Médicos do Distrito Federal destaca os seguintes pontos: A penetração de empresas multinacionais na área de assistência médica, em nosso país, configura mais um atentado à soberania nacional; Tal intromissão é um desrespeito às nossas tradições de competência e autonomia, caracterizando um insulto à medicina brasileira e o interesse mercantilista no aspecto mais nobre da medicina que é a relação médico-paciente; A penetração das multinacionais é um desdobramento dos grupos mercantilistas nacionais, que já atuam no Brasil; A mesma legislação que ensejou o surgimento das grandes empresas de assistência médica, entre as quais as chamadas de "medicina de grupo", permite agora a entrada das multinacionais; A presença das multinacionais coincide com a mais séria crise de assistência médica do país, com ameaça de fechamento e cortes de verbas de hospitais públicos, principalmente universitários, com os médicos reclamando melhores condições de trabalho e remuneração, os trabalhadores protestando contra o padrão da assistência que lhe é oferecida, os recursos da previdência social se esvaíndo e com a saúde da população piorando.

Em face da situação, as entidades responsáveis pela nota decidem lutar por uma lei impeditiva à presença das multinacionais na área de assistência médica; pela melhoria da rede hospitalar e ambulatorial própria da previdência social; pelo direito de todos os médicos atenderem os segurados da previdência social, sem intermediação lucrativa; pela extinção dos convênios entre a previdência social e as empresas de assistência médica de objetivos mercantilistas; e pela participação paritária de empregos, empregadores, médicos e governo nos órgãos decisórios da previdência social.